



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO/2006

“POR DEUS E PELA PÁTRIA”: A Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945)

Cristiane Antunes Stein – Universidade Federal do Paraná
cris_stein@yahoo.com.br

RESUMO

Em 1938, Francisco Campos, Ministro da Justiça do Governo Vargas, irá propor a criação da *Organização Nacional da Juventude*. Após muitas mudanças no projeto inicial de Campos, em 1942 é criada a *Juventude Brasileira*, com o objetivo de inculcar valores cívicos-patrióticos nas crianças e jovens, formar um corpo militar de elite, promover um meio de extensão escolar e auxiliar na permanência da configuração política do país naquele período.

O objetivo do presente trabalho é investigar a atuação da “Juventude Brasileira” no Paraná, mais especificamente, em Curitiba, entendendo como a cultura cívica escolar se manifestou no ambiente escolar tendo como instrumento de divulgação de valores patrióticos este movimento e elucidando sua influência na educação escolar. Se faz necessário também aprofundar as discussões em torno das aproximações da “Juventude Brasileira” com as juventudes da Europa, em especial com a “Juventude Hitlerista”;

Para a investigação destes elementos, me utilizo da bibliografia sobre o período e dos jornais curitibanos *Gazeta Do Povo* e *Diário da Tarde* que circularam neste período e que noticiaram diversas atividades promovidas pelo movimento.

Sabemos que este movimento esteve presente dentro do universo escolar, e que se utilizou da escola como principal veículo da propagação de seus ideais, entretanto ainda há muitas questões para investigar: Qual foi a intensidade da atuação da “Juventude Brasileira” no Paraná? Como a cultura cívica escolar foi influenciada pela “Juventude Brasileira”, seus rituais e ideologia? De que forma este movimento influenciou na educação escolar? Até que ponto a “Juventude Brasileira” buscou inspiração na “Juventude Hitlerista”, da Alemanha?

PALAVRAS-CHAVE: 1. Educação no Estado Novo; 2. História da Educação; 3. Cultura Cívica

INTRODUÇÃO

O interesse de investigação por este tema teve início quando estive envolvida pesquisa coordenado pelo professor Marcus Levy Albino Bencostta, de quem fui monitora da disciplina de História da Educação Brasileira, e pesquisadora de Iniciação Científica na condição de voluntária. Quando no desempenho das minhas atividades de pesquisa nos acervos da Biblioteca Pública do Paraná, em especial, na consulta dos

jornais que circularam na cidade de Curitiba, deparei-me com um conjunto de informações acerca da organização da Juventude Brasileira no Paraná durante o período da história política denominado de Estado Novo.

JUVENTUDE BRASILEIRA: ESCOLA E CULTURA CÍVICA NO ESTADO NOVO

Entendendo aqui a “Juventude Brasileira” como uma manifestação de uma cultura escolar¹ própria a um período da história brasileira que denominaremos de cultura cívica. Bencostta (2005), ao investigar os desfiles patrióticos na cidade de Curitiba afirma, seguindo o argumento de Daryle Willians, a existência de uma cultura cívica *varguista* que propunha uma burocratização das cerimônias patrióticas que articulava modernidade, nacionalismo e ordem pública.

Por sua ação estar muito próxima as demais atividades existentes na escola, apesar de ser um movimento extra-escolar, as primeiras aproximações com as fontes e as leituras feitas acerca do tema, indicam a existência de marcas e referências desta cultura cívica na educação e no imaginário social dos escolares.

Mas quando se dá o surgimento deste movimento? Quais as circunstâncias de sua organização?

Visitando a historiografia da história política dos anos que trata da *Revolução de 30*, alguns historiadores, como De Decca (1994), entenderam que o Brasil daquele momento estava à procura de se tornar nação em busca de sua autonomia e identidade. Outro investigador deste período, Vesentini (1997), entendeu a *Revolução de 30*, como um marco construído e internalizado no imaginário social para a conformação e percepção desta como um fato de realização coletiva. Ambos concordam que na seqüência, com a instalação do Estado Novo, foi de fundamental importância para a consolidação do novo regime algumas estratégias, gestos, palavras, idéias e principalmente imagens, o que aproxima o Estado Novo dos regimes totalitários, especialmente do fascismo².

¹ Segundo Dominique Julia “Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).” JULIA (2001, p. 10)

² Segundo Dutra (1997) o totalitarismo não está resumido a um regime, “e sim a uma ideologia que sustenta a imagem de uma sociedade uma, indivisa e homogênea” que “advoga um controle social que normalize, uniformize e totalize o conjunto da vida social”. E é nesta direção que ocorre, a partir dos

O regime do Estado Novo, instituído à 10/11/1937, em linhas gerais propunha um Estado forte, centralizador e interventor, o que aproximou o regime do fascismo, apesar da constante tentativa de negação, como vemos neste trecho de um livro da época:

“O Estado Novo acha-se, portanto, imune de quaisquer contaminações das influências dos regimes totalitários, tanto comunista, como fascista.” AMARAL (1938, p. 167)

A ideologia utilizada recuperou a política do autoritarismo e incorporou outras práticas mais modernas que utilizavam a propaganda e a educação para adaptar o cidadão a esta nova realidade social. Esta tese de aproximação com o fascismo foi fortemente defendida por Lenharo (1986), ao interpretar a propaganda que o Estado Novo fazia ao se apresentar como a única solução adequada para o país naquele momento. Percebemos isto no discurso de Francisco Campos proferido em 10/05/1938:

“Com o 10 de novembro começou no Brasil uma atmosfera, uma ambiência, um clima. Em primeiro lugar, o clima de ordem: não apenas o de ordem nas ruas, mas antes de tudo, e sobretudo, o clima da ordem no Estado. O Estado passou a ser uma ordem, isto é, um sistema animado de um espírito e de uma vontade, unificado em torno de uma pessoa, que é, em política, a primeira categoria da realidade. O Estado tem um chefe.” (CAMPOS:1983, p.257)

A inspiração nazi-fascista foi vista, em especial, quando utilizava de conteúdos míticos para internalizar suas idéias, principalmente no uso de imagens de forte carga emotiva e sensorial.

Como nos mostra Chauí (1979, p.46):

“As imagens são um espelhamento ampliado e iluminado da experiência imediata, dotadas da capacidade de unificar aquilo que nesta última aparece fragmentariamente. Unindo o disperso, a imagem, espelho dos dados imediatos, exclui a reflexão e, simultaneamente, cria a ilusão de conhecimento, graças ao seu aspecto ordenador.”

A principal imagem utilizada pelo Estado Novo é a da Nação como Corpo, uno, indivisível, onde todas as partes da sociedade funcionariam, assim como os órgãos, de maneira harmoniosa, sem contradições. O corpo passa também, a ocupar papel central em todas as instâncias, em especial na educação. A mobilização e preparação do corpo através de exercícios físicos são aplicadas para o aprimoramento da raça.

anos 30, a fascistização do Brasil. E este novo movimento é apoiado em cinco pilares: anticomunismo, revolução, trabalho, Pátria e moral. Estes pilares exerceram forte influência no imaginário e relegaram ao poder uma dimensão sacralizadora.

Outra estudiosa do tema que ajuda a entender este momento é Capelato (1998), que dialogando com os demais colegas historiadores interpretou como principal objetivo deste regime no Brasil, ao contrário dos demais regimes autoritários, a mobilização social através da política de massas. Neste caso, ocorre uma vitória do “eu coletivo” sobre o “eu individual”, e isto só foi possível, segundo a autora, através da manipulação de imaginários coletivos e da comunicação de massa. Assim, este uso foi um importante meio de legitimar o controle nos regimes totalitários. Entre eles estão os espetáculos festivos, monumentos, comemorações cívicas e patrióticas que são organizados pelo governo. “Os rituais buscavam ser símbolos de harmonia, união e alegria do povo, ocultando as estratégias de controle social.” (CAPELATO: 1998, p. 58)

Nesse sentido, seguimos a compreensão de Capelato e Bencostta que a educação foi utilizada como estratégia para aceitação popular do autoritarismo varguista. Contudo, anterior a estes historiadores, cabe ressaltar aqui o trabalho de Baía Horta (1994), que ao investigar a educação neste período percebeu que esta passou a vista como problema nacional, e nesse sentido se justificava a intensa intervenção do governo. Por exemplo, a educação física passa a se constituir ponto crucial nos programas educacionais, com o objetivo de fortalecimento da raça; a educação moral ganha espaço, primeiramente através da religião, e mais tarde baseada no civismo e patriotismo.

E é com este intuito que a educação é utilizada como estratégia para aceitação popular do autoritarismo.

Até mesmo os militares buscaram interferir na educação, Duarte (2000), argumenta que Olavo Bilac, que ocupou papel importante na constituição do serviço militar, colocava como urgente a formação do cidadão-soldado que se iniciaria já na educação primária, com o objetivo de modelar o homem novo, aquele preparado, através da ordem, disciplina e coesão, para ser o homem trabalhador.

É neste sentido que a gestão da Organização Nacional da Juventude inicia-se em 1938, quando Francisco Campos, então Ministro da Justiça, propõe organizar a juventude afim de *“promover-lhe a disciplina moral e adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e defesa da Nação.”* (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1937)

Esta primeira proposta era de que esta fosse vinculada ao Ministério da Justiça, em especial com a divisão de serviço pré-militar que prepararia os jovens física e

moralmente para exercer a função de soldado. Para tanto previa exercícios de ordem, marcha e resistência física, moral e cívica.

Entretanto, segundo Schwartzman (2000), este primeiro projeto não teve boa acolhida e recebeu diversas críticas, principalmente do Ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra e de Alzira Vargas. As críticas se dirigiam principalmente à educação de caráter paramilitar e ao fato de tomar como modelo as juventudes dos países totalitários.

Dutra acreditava, que a instrução militar enfraqueceria o exército e que a ONJ, deveria atuar junto ao sistema escolar já existente, e conseqüentemente vinculada ao Ministério da Educação.

Frente a isso, Gustavo Capanema, Ministro da Educação, faz algumas sugestões. A primeira delas é a mudança do nome de “Organização Nacional da Juventude” para “Juventude Brasileira”. O Ministro propõe ainda que a idade mínima para a inscrição fosse de 7 anos, com caráter voluntário, com centros escolares e extra-escolares, e ainda que houvesse preparação para os professores para atuar em consonância com os objetivos da “Juventude Brasileira”.

Após assumir a responsabilidade pela Juventude Brasileira, o ministro Capanema, faz diversas reformulações no projeto inicial. A primeira versão, segundo Baía Horta, é de janeiro de 1939. Nesta versão estavam expressas as datas de mobilização, o lema “Viver é lutar” e o patrono, que seria Tiradentes.

Apesar de Capanema considerar esta versão definitiva, o presidente Vargas, consulta algumas pessoas e várias críticas surgem, inclusive anônimas. As mais expressivas partem de Gustavo Barroso³, que critica em especial o lema, que na sua opinião deveria ser “Por Deus e pelo Brasil”.

Após passar por algumas modificações, a nova versão é aprovada e transformada em lei em março de 1940.

O decreto-lei 2.072 de 08/03/1940 fixa as bases da Juventude Brasileira. Neste estão descritas as atribuições detalhadas da educação moral, cívica e física, que estariam a cargo da organização. Coloca a instituição sobre vigilância do Presidente, prevê o culto à bandeira e aos símbolos nacionais e a adoção de cântico, uniforme e estandarte próprios.

³ Gustavo Barroso (1888-1959) foi um advogado ligado à Ação Integralista Brasileira, anti-semita, ligado às idéias do nazismo Alemão. Foi cogitado para assumir o Ministério da Educação no Estado Novo, porém com o fechamento da AIB por Vargas, passou a fazer oposição ao governo.

Ainda conjectura a inscrição obrigatória para todos os jovens de 7 a 18 anos matriculados nas escolas e ainda a criação de Centros Cívicos, que poderiam ser intra ou extra-escolares, com o intuito de proporcionar instalações adequadas para as atividades da Juventude Brasileira, disponibilizando ginásios, piscina e auditórios de outros espaços quando necessário.

Temos ainda previsto a divisão em “Ala Menor” para inscrição de jovens entre 07 e 11 anos, e a “Ala Maior” para os jovens de 12 – 18 anos.

O decreto ainda trata das “Formaturas” da Juventude, que seriam realizadas em datas pré-determinadas, e constariam de *“exercícios de concentração ou de deslocamentos, e visarão, pela criação da disciplina, do entusiasmo e da resistência, a fins educativos a um tempo de ordem cívica, moral e física.”* A principal delas seria a de comemoração ao dia da Independência, a realizar-se no primeiro sábado ou domingo de setembro.

Através do relatório apresentado a Getúlio Vargas, referente aos anos de 1940-1941, podemos notar a adesão do Paraná, mais especificamente da Diretoria Geral da Educação, a cargo do Dr. Hostilio Araújo, à Juventude Brasileira.

O decreto foi transcrito na íntegra pelo jornal curitibano “Diário da Tarde” no dia 11/03/1940, com o título “Juventude Brasileira – íntegra do decreto formando o cidadão para que possa bem cumprir os seus deveres para com a Pátria.”

No mesmo ano ocorre o primeiro desfile da Juventude em Curitiba, em comemoração à semana da Pátria. Bencostta (2005), nos mostra que esses desfiles transmitem de forma coletiva simbolismos que os tornam uma grande festa. Segundo ele, a imprensa paranaense, ao longo do século XX, concedeu grande destaque aos desfiles, noticiando os preparativos e os resultados dos mesmos, sempre salientando o patriotismo que estes desfiles expressavam. Um exemplo disto é o artigo que noticia o desfile deste ano:

“O DIA DA JUVENTUDE – Foi comemorado com grande brilhantismo. O desfile e seus vencedores.”Do dia 1º a esta parte, Curitiba tornou-se palco de um movimento verdadeiramente intenso, por motivo das solenidades que estão se realizando em regozijo da “Semana da Pátria”.E que povo animado dos mais elevados sentimentos de patriotismo, aproveita o ensejo para expandir seu entusiasmo cívico e com a sua presença dar mais relevo às comemorações que estão se processando.Na manhã de hoje, desde cedo, mostrava-se um movimento desusado em nossa artéria principal.Hoje estava (...) para a comemoração do “Dia da Juventude Brasileira”e como em todas as localidades do país, deveria efetivar-se a “Parada da Raça”.Esta foi realizada com grande brilhantismo, uma majestosidade que superou todas as demais.Uma verdadeira multidão postava-se nas calçadas afim de ver o desfile de nossos escolares.E este foi

brilhante sob todos os pontos de vista. Cerca de 17.300 escolares desfilaram pela Rua 15 de novembro e Avenida João Pessoa. (...)”

(Jornal Diário da Tarde 05/09/1940)

O artigo continua contando detalhadamente todos os momentos do desfile.

Este mesmo periódico, em vários momentos noticia desfiles e campanhas da Juventude, e publica crônicas e mensagens de apoio à Juventude Brasileira.

O Jornal “Gazeta do Povo” também noticiou eventos e transcreveu decretos, portarias e até mesmo divulgou minuciosamente as instruções para as solenidades da organização, temos como exemplo este artigo:

“(...)”

CERIMONIAL PARA O JURAMENTO DE FIDELIDADE DA JUVENTUDE BRASILEIRA À BANDEIRA DO BRASIL.

I – Orientação geral

- 1- Participação da solenidade os jovens de ambos os sexos com idade entre 13 e 18 anos;
- 2- Comparecerão com as respectivas escolas, representações industriais, fabris e comerciais formando pelotões sob a direção de um jovem previamente escolhido pela direção da escola ou do estabelecimento;
- 3- A testa de cada escola ou representação, se possível, uma Bandeira Nacional e à sua retaguarda, o estandarte da juventude brasileira e a flâmula da representação;
- 4- Todos os jovens ostentarão no braço esquerdo, a fita verde e amarela, fornecida, pela manhã, pela Liga de Defesa Nacional;
- 5- As representações usarão, os uniformes colegiais e os extra escolares de preferência, trajes brancos, caso não chova.

II – Constituição a organização de cerimônia

1- A Juventude Brasileira formará 2 agrupamentos:

a) Agrupamento Caxias: (a cargo do Cap. Moraes).

À esquerda:

Formando em massa, linha de colunas, constituindo de todos os jovens do sexo masculino participante da cerimônia.

b) Agrupamentos dra. Rosa Fonseca: (a cargo do Cap. Fabrício)

À direita:

Também formado em massa, linha de colunas, constituirão todas as meninas e mocas pertencentes às representações.

2 – À frente, voltadas para as representações, formarão em linha todas as Bandeiras Nacionais das unidades do Exército, com as respectivas guardas de honra.

– À retaguarda os estandartes da Juventude Brasileira.

Neste trecho podemos perceber a participação dos alunos das escolas públicas de Curitiba no desfile. A extrema preocupação com a ordem, a disciplina e a moral, prevendo inclusive agrupamentos diferentes para estudantes de sexos diferentes.

Nota-se também, a exaltação a “grandes heróis” da Pátria na nomeação dos agrupamentos. O estandarte da “Juventude Brasileira” que se faz obrigatório no desfile foi definido pelo decreto lei nº 7.807 de 05/09/1941.

III – Cerimonial

Ao toque “Em continência a Bandeira – Apresentar armas” todos os jovens na posição de sentido estenderão energicamente o braço direito horizontalmente à frente do corpo, mão aberta, dedos unidos e a palma para baixo e repetem em voz alta e pausada o seguinte compromisso que lhes será lido:

“Unidos – coesos – em volta da Bandeira do Brasil – símbolo augusto imaculado de nossa Pátria – prestamos nosso juramento cheios de fé que nos inspira a realidade de nossas tradições – os anseios do presente e as altas aspirações do futuro – de não medir sacrifícios – sejam quais forem – trabalhando – lutando – com energia – com disciplina – com amor – pela glória eterna do Brasil.”

Findo o compromisso os jovens retornarão aos seus lugares nas respectivas organizações.

4- Canto do Hino Nacional

5- Incineração das Bandeiras em mau Estado de Conservação

6- Oração à Bandeira

7- Revoada de Pombos

8- Canto do Hino à Bandeira

9- Arreamento solene do Pavilhão Nacional

10- Escoamento das representações.”

(Jornal “Gazeta do Povo” 19/11/1942)

Uma outra discussão que podemos levantar é a aproximação da “Juventude Brasileira” com a “Juventude Hitlerista”, tendo como principal tema a semelhança das estratégias de inculcação do sentimento de raça e a extrema preocupação com a preparação física.

O historiador francês Eric Michaud (1996) em seu artigo “Soldados de uma idéia: os jovens sob o Terceiro Reich”, descreve o juramento da Juventude Hitlerista, o que nos permite notar a aproximação desta com a cerimônia de juramento à bandeira da “Juventude Brasileira, noticiada pelo jornal Gazeta do Povo.

“Em presença deste estandarte de sangue que representa nosso Führer, juro consagrar toda a minha energia e toda a minha força ao salvador de nosso país, Adolf Hitler. Estou pronto a dar minha vida por ele, e confio-me a Deus.”

E ainda mais semelhanças encontramos entre o texto do juramento à bandeira e o hino da “Juventude Hitlerista”

“Nossa bandeira flutua diante de nós. No futuro entramos um a um. Marchamos por Hitler na noite e na miséria. Com a bandeira da juventude, pela liberdade e pelo pão. Nossa bandeira flutua diante de nós. Nossa bandeira é o tempo novo. E a bandeira nos conduz à eternidade. Sim! A bandeira é mais que a morte.”

Michaud ainda cita a importância do símbolo da Juventude Hitlerista, a águia, que é “eterna e protetora”.

No decreto nº 7.807 de 05/09/1941, que institui as insígnias da Juventude Brasileira, encontramos, a águia como símbolo desta também:

Art. 3º - O vexilo terá o tamanho e a composição do estandarte, sendo o reverso forrado de verde; a linha exterior será guarnecida por uma franja dourada; penderá de uma travessa, terminada por torneado de metal dourado, que será suspensa da haste por 2 cordões; a haste sustentará um Uiraçu; **águia nacional**, em metal dourado.

(Diário Oficial 05/09/1941)

O caráter pré-militar do movimento foi descartado por Gustavo Capanema e a Juventude Brasileira se torna uma instituição complementar à escola e à família, *“destinada a promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar”* com o objetivo de formar brasileiros para cumprir o seu dever para com a Pátria e voltada para o culto dos símbolos nacionais.

A Juventude participava de desfiles em datas comemorativas, tinha uniforme e distintivos próprios, calendário previamente definido e imprimia uma grande importância à preparação do corpo e exercícios físicos, delegando grande destaque a questão da eugenia, mais especificamente da **raça**⁴. No Paraná, a “Juventude Brasileira” teve razoável expressão. Foram promovidos vários desfiles, campanhas e cerimônias, que contavam com a participação de milhares de jovens.

De acordo com Nunes (2004), que desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre a atuação da Juventude Brasileira no Rio grande do Sul, esta cultura escolar cívica apresentava duas funções ambíguas: extensão escolar e formação de um corpo militar de elite, e um objetivo bastante claro: a inculcação de um sentimento cívico-nacionalista para possibilitar a continuidade do regime do Estado Novo.

Apesar do ano criação da Juventude Brasileira ser de 1942, quando Getúlio Vargas assina um decreto que contém as bases da organização da Juventude Brasileira, as discussões sobre a sua idéia remontam ao ano de 1938, quando Francisco Campos discute a formação da Organização Nacional da Juventude.

No Paraná, através da pesquisa nos periódicos da época e em relatórios do governo, percebi até o momento que o ano de maior efervescência e intensidade das atividades da Juventude foi 1943. Entretanto, esta intensificação não garantiu uma vida longa à mesma, já que no ano de 1945, segundo Baía Horta (2004), esta foi extinta. De acordo com este autor, o movimento esteve vinculado estreitamente ao regime do Estado Novo nascendo com ele. Desaparece como movimento autônomo, juntamente com o regime que o gerou.

Sobre as fontes: explicações necessárias

⁴ Cabe ressaltar que a raça aqui é entendida não em seu aspecto meramente biológico, mas principalmente, como defende Lenharo (1986), em seu aspecto unificador da “raça brasileira”.

Algumas fontes desta pesquisa já foram verificadas e oferecem grande possibilidade de aprofundamento do tema, entre elas estão: livros, artigos, revistas e livros didáticos do período pesquisado, fotografias, imprensa, legislação, entre outras. Na lista que se encontra ao final deste projeto podemos verificar que há um conjunto diverso de fontes que deverão fornecer pistas e informações que aliadas às leituras e reflexões poderão desencadear interpretações históricas plausíveis de serem entendidas como possuidoras de certezas.

O historiador Le Goff (1990) nos convence que os documentos históricos se constituem produtos da sociedade e das relações de poder na época em que foi produzido. Portanto, se faz necessário investigar e dialogar com os mesmos para poder utilizá-los de maneira consciente.

Assim, para compreender o alcance e a atuação da Juventude Brasileira, se faz necessário recorrer a diversas fontes e de acordo com Ragazinni (2001), a fonte nos permite a verificação e o diálogo com o passado, nos permitindo até mesmo um reconhecimento da intenção do processo de produção desta.

Através delas, será possível responder a alguns questionamentos que se fazem pertinentes:

- Qual foi a intensidade da atuação da “Juventude Brasileira” no Paraná?
- Como a cultura cívica escolar foi influenciada pela “Juventude Brasileira”, seus rituais e ideologia?
- De que forma este movimento influenciou na educação escolar?
- Até que ponto a “Juventude Brasileira” buscou inspiração na “Juventude Hitlerista”, da Alemanha?

Esta pesquisa portanto, tem os seguintes objetivos:

- Investigar a atuação da “Juventude Brasileira” no Paraná, mais especificamente, em Curitiba;
- Entender como a cultura cívica escolar se manifestou no ambiente escolar tendo como instrumento de divulgação de valores patrióticos a “Juventude Brasileira”;
- Aprofundar as discussões em torno das aproximações da “Juventude Brasileira” com as juventudes da Europa, em especial com a “Juventude Hitlerista”;
- Buscar elementos que elucidem a influência da Juventude Brasileira na educação escolar;

FONTES

1. Jornais

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ – DIVISÃO PARANAENSE

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba.

GAZETA DO POVO. Curitiba.

O LUZEIRO. Curitiba.

2. Relatórios

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

REALIZAÇÕES DO GOVERNO MANOEL RIBAS 1937-1942. Paraná.

RELATÓRIO DO ESTADO DO PARANÁ APRESENTADO A GETÚLIO VARGAS
1940-1941. Paraná.

BOLETIM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 1942. Curitiba.

DOSSIÊ JUVENTUDE BRASILEIRA. Arquivo Público do Paraná.

3. Legislação

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

COLEÇÃO das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930 a 1945.

**CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do
Brasil – Rio de Janeiro)**

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. José Olympio, 1938.

BAÍIA HORTA, José Silvério. A 1ª Conferencia Nacional de Educação e como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: O ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 2000.

_____, José Silvério. A mobilização da Juventude na Itália (1922-1945), em Portugal (1936-1974) e no Brasil (1937-1945). In: Anais do **Congresso Brasileiro de História da Educação: educação escolar em perspectiva histórica**. Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

_____, José Silvério. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia. A educação no Brasil (1930-1945).** Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 1994.

BENCOSTTA, M. L. A. Desfiles patrióticos: Memória e cultura cívica dos grupos escolares em Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana (Org.) **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005. (prelo)

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional e outros ensaios.** Brasília, DF: Biblioteca do pensamento político republicano, 1983.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena – Propaganda Política no varguismo e no peronismo.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica à Ação Integralista Brasileira. in: CHAUÍ, M.; FRANCO, M.S.C. **Ideologia e participação social.** São Paulo, SP: Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ: Cedec, 1979.

DE DECCA, Edgar. **1930 – O Silêncio dos Vencidos. Memória, História e Revolução.** São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1994.

DUARTE, Adriano Luiz. Moralidade pública e cidadania: A educação nos anos 30 e 40. In: **Educação & Sociedade**, ano XXI, no 73, Dezembro/00

DUTRA, Eliana Freitas. **O ardil totalitário – imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1997.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: Revista Brasileira de História da Educação. Jan/jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política.** São Paulo, SP: Papirus, 1986.

MICHAUD, Eric. Soldados de uma idéia – Os jovens sob o terceiro Reich. In: LEVI, G., SCHMIT, J. C. (orgs.) **História dos Jovens, vol. 2.- A época contemporânea.** Trad. Paulo Neves, Nilson Moulin, Maria Lucia Machado. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.

NUNES, José Luiz Martins. Juventude Brasileira: o lado fascista do Estado Novo. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2004.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes de História da Educação? Trad. Carlos Eduardo Vieira. In: **Educar em Revista.** Curitiba, Editora UFPR, n° 18, p.9-182, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, H.M. Bousquet; COSTA, V. M. Ribeiro. **Tempos de Capanema.** São Paulo, SP: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VESENTINI, C. A., **A teia do fato**. São Paulo, SP: Ed. Hucitec, 1997.